



Anais da Assembleia

Nº 101

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Jayme Rodrigues Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.º 82/78

Curitiba, 24 de agosto de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de acordos plurianuais celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, com os Municípios abaixo especificados, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não Titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau.

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Alto Paraná	07/10/77
Altônia	29/12/77
Amaporã	07/10/77
Ampére	29/12/77
Araruna	29/12/77
Balsa Nova	27/12/77
Barbosa Ferraz	29/12/77
Barracão	29/12/77
Boa Esperança	20/10/77
Bom Sucesso	23/09/77
Borrazópolis	23/09/77
Cambira	23/09/77
Campo Largo	29/12/77
Campo Mourão	29/12/77
Campo Tenente	29/12/77

Castro	29/12/77
Catanduvas	29/12/77
Chopinzinho	06/12/77
Cianorte	05/09/77
Cidade Gaúcha	14/09/77
Coronel Vivida	27/10/77
Dois Vizinhos	25/10/77
Enéas Marques	29/12/77
Engenheiro Beltrão	16/09/77
Faxinal	29/12/77
Fênix	12/10/77
Francisco Alves	16/07/77
Francisco Beltrão	30/09/77
Guaporema	24/11/77
Guaraniaçu	04/11/77
Guarapuava	21/09/77
Goioerê	07/05/77
Icaraíma	29/12/77
Imbituva	29/12/77
Inácio Martins	21/12/77
Ipiranga	20/10/77
Iporã	10/06/77
Iretama	29/12/77
Itapejara do Oeste	29/12/77
Itaúna do Sul	07/10/77
Ivaí	29/12/77
Ivaiporã	23/09/77
Jandaia do Sul	07/11/77
Janiópolis	29/12/77
Japurá	09/11/77
Jataizinho	02/06/77
Jussara	14/09/77
Kaloré	23/09/77
Loanda	07/10/77
Mallet	04/10/77
Mamborê	27/10/77
Mandaguari	11/11/77
Mandirituba	29/12/77
Maria Helena	20/10/77
Marilena	07/10/77
Mariluz	07/11/77
Mariópolis	07/11/77
Marmeleiro	29/12/77
Marumbi	23/09/77
Moreira Salles	12/10/77
Nova Aliança do Ivaí	07/10/77
Nova Cantu	24/11/77
Nova Londrina	07/10/77
Nova Olímpia	04/10/77
Nova Santa Rosa	13/06/77
Palmital	20/10/77
Paraíso do Norte	07/10/77
Paranavaí	07/10/77
Pato Branco	30/09/77
Peabiru	16/09/77
Pérola	09/11/77
Pérola do Oeste	09/11/77
Piraí do Sul	29/12/77
Pitanga	29/12/77
Planaltina do Paraná	07/10/77
Planalto	27/10/77
Porto Rico	07/10/77

Prudentópolis	29/11/77
Querência do Norte	07/10/77
Quinta do Sol	12/10/77
Quitandinha	29/12/77
Realeza	29/12/77
Rebouças	25/10/77
Renascença	29/12/77
Rio Azul	04/10/77
Rio Bom	23/09/77
Rio Negro	04/10/77
Rondon	29/12/77
Salgado Filho	25/10/77
Salto do Lontra	20/10/77
Santa Isabel do Oeste	20/10/77
Santo Antônio do Sudoeste	29/12/77
São João	07/11/77
São Jorge do Oeste	20/10/77
São Pedro do Ivaí	23/09/77
São Pedro do Paraná	07/10/77
São Tomé	09/11/77
Tapejara	29/12/77
Teixeira Soares	07/11/77
Terra Boa	22/11/77
Terra Rica	07/10/77
Tuneiras do Oeste	29/12/77
Ubiratã	07/11/77
Umuarama	20/07/77
Verê	09/11/77
Vitorino	30/07/77
Xambrê	04/10/77

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas a essa augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício:

Sob o n.º 153/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º:

194/74 Do ex-Deputado Antônio Maciel Filho, que visa denominar a Estrada dos Pioneiros do Paraná a rodovia que liga Mauá-Ivaiporã. — À C.C.J.

Da Família do Senhor Ruy Castro dos Santos, agradecendo as manifestações de amizade, carinho e apreço, recebida por esta Casa de Leis, bem como aos funcionários que compõem este Legislativo. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 90/78, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública o "LAR BOM PASTOR", desta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, após ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 41/78.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 56/78, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO JORGE".

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora HERMÍNIA COELHO, ocorrido dia 1.º do corrente, na cidade de Centenário do Sul. A extinta deixa viúvo o Senhor Américo Coelho e os seguintes filhos: Dionísio Coelho, Eleno Coelho, Fátima Coelho e Benilde Coelho Aquati.

Tal passamento vem de consternar o Município de Centenário do Sul, onde a família Coelho é uma das pioneiras.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ricardo Perin, na cidade de Coronel Vivida, no dia 31 último.

Outrossim, solicita-se que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

Ricardo Perin foi um dos mais prestantes cidadãos de Coronel Vivida, onde desenvolvia atividades agrícolas, contribuindo para o progresso da comunidade.

Deixa além dos inúmeros amigos, dois filhos, Ângelo e Angelim, que por certo darão continuidade à sua vida digna e honrada.

Justo que esta se associe às manifestações de pesar pela lamentável perda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor VICENTE WOLSKI, aos sessenta anos de idade.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Jurandir Messias

JUSTIFICATIVA:

O extinto, pessoa de grande relação de amizade, era proprietário da firma Táxi Aéreo Vicente, sendo que seu passamento consternou seus amigos e parentes, tendo em vista a grande estima e respeito que angariou durante sua vida, deixando viúva a Sra. Helena Wolski e filhos Marli, Sueli, Marinei, Sandra, Lúcia, Sônia Maria, Sérgio Vicente e netos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, a Rua Nicarágua n.º 1319, nesta Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor TOSTOI MANTOVANI, ocorrido em Faxinal - neste Estado, no dia 1.º de setembro corrente.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada, residente naquela cidade.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini

JUSTIFICATIVA:

Através deste requerimento, desejamos prestar uma última homenagem ao Senhor Tostoi Mantovani, bom amigo e chefe de família, pessoa de alto relacionamento social no Município de Faxinal, tendo sido zeloso e prestante cidadão, portador de espírito de luta e de reconhecida idoneidade moral, deixando com o seu desaparecimento, impreenchível lacuna nos diversos setores das suas atividades, naquela comunidade.

Nada mais justo portanto, este voto de pesar, para o qual contamos com todo o apoio dos nossos nobres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, conferidas pelo Regime Interno, requer, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor ONIZIO MANOEL VARELLA.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Jurandir Messias.

JUSTIFICATIVA:

O extinto, pessoa de grande relação de amizades, era agricultor, sendo que seu passamento consternou seus amigos e parentes, tendo em vista a grande estima e respeito que angariou durante sua existência, deixando viúva, a Sra. Maria Conceição e filhos, Lorival, Anita, Alaydes, José, Olga, Sílvia e Marilú.

Requer, outrossim, que do pronunciamento deste Casa, se dê ciência à família enlutada, a Rua Ulisses José Ribeiro, n.º 75, nesta Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Dario Guerreiro Carneiro, ocorrido nesta Capital, onde se encontrava para tratamento de saúde.

Tal passamento vem de consternar a sociedade do Município de Castro, onde o extinto possuía largo círculo de amizades conquistado através da sua marcante personalidade de exemplar chefe de família e destacado comerciante. Era casado com a Sra. Julieta Carneiro e progenitor da Sra. Geni Carneiro, funcionária da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Quíelse Crisóstomo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente Vereador, de Maringá, Sr. NELSON ABRÃO, pioneiro e homem público de intensa participação na vida de toda região noroeste do Estado, ocorrido no dia 06 último, extensivo aos seus familiares, aos quais solicita seja dado ciência.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Gabriel Sampaio

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PEDRO GAWLAK, ocorrido recentemente em Araucária.

O extinto era membro de tradicional família araucariense, líder incontestado, na vida cultural, social e política, tendo sido eleito Vereador de Araucária e homem profundamente dedicado ao progresso daquele município.

Requer-se ainda que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família enlutada e à Câmara Municipal de Araucária.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ETELVINO KLEINIBING, ocorrido no dia 21 de agosto, no Distrito da Vila Candeia, Município de Palotina.

Seu passamento causou grande consternação naquela comunidade.

Requer igualmente que deste ato se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Egon Pudell

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., Celso Sabóia, encarecendo a criação de uma agência do Banco na cidade de Cambira.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cambira é um dos mais prósperos do Estado, com grande desenvolvimento das atividades agro-comerciais, que contudo, ressenha-se de uma agência de nossa casa bancária.

Pela grande expansão que vem apresentando na área sócio-econômica, justo que receba este benefício de há muito reivindicado por aquela laboriosa população. Daí as razões do nosso apelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Governador Jayme Canet Júnior, o presente expediente através do qual — em atendimento a insistentes apelos da população do Distrito de Tamarana, Município de Londrina — se faz a solicitação

para as mais urgentes medidas no sentido de ser construída naquele distrito uma nova delegacia em prédio de alvenaria.

Ocupando atualmente uma casa de madeira já em precárias condições, e tendo em vista o indiscutível progresso que Tamarana experimentou, é inadiável a solução que tem sido buscada.

Já tendo o Deputado que este subscreve tratado deste assunto em audiências com o Sr. Governador, inclusive com documentário fotográfico de local atualmente utilizado, espera-se que o apoio desta Casa ao presente pedido, venha a ver transformado este apelo em mais uma das tantas realizações do atual Governo.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Dácio Leonel

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando estudos a fim de solucionar o problema de vencimentos dos Oficiais de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Gabriel Sampaio

JUSTIFICATIVA:

Fundamentando-se no fato de que, os Oficiais de Justiça lotados nas Varas Criminais e Menores em todo o Estado, percebem os mesmos vencimentos de seus colegas das Varas Cíveis, sendo que estes, como é sabido, recebem custas de todos os mandados que cumprem, ao passo que os requerentes são obrigados a viver apenas dos vencimentos, o que fazem com grande sacrifício.

Dessa forma ficaram criadas no Paraná duas classes, dentro de uma só, ou seja, Oficiais de Justiça que recebem só vencimentos e Oficiais de Justiça que recebem vencimentos e custas.

Tal fato, entretanto, tinha sido solucionado pelo antigo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado, que previa maior salário para os Oficiais de Justiça que não recebem custas, benefício revogado pelo atual Código.

Além disso, não existe uma carreira de acesso, a não ser as promoções de Comarca para outra, fato que além de não interessar a todos, fica logo superado pela pequena quantidade de oportunidades (poucas Comarcas vagam).

Diante disso, objetiva o presente a melhoria nos vencimentos e a possibilidade de uma carreira para promover os mais antigos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer seja endereçado ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado do Paraná, em nome do Poder Legislativo, expediente em que se apela sejam urgentemente concedidos os benefícios a reivindicações à classe do magistério paranaense, bem como se assegure a disposição e o empenho necessário dos legisladores para aprovação das medidas legais que tornarem-se necessárias.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

JUSTIFICATIVA:

As reivindicações do magistério são justas, mas o impasse criado entre a classe o Governo do Estado, vem comprometendo a educação do Estado. Ora, se as reivindicações são justas e entre as obrigações do Estado, tem prioridade a educação, necessário se torna que a solução seja encontrada. Não se pode pensar que o retorno às aulas — pelos professores (espontaneamente ou sob coerção econômica e policial) seja uma solu-

ção. Pelo contrário. O direito dos professores não será resolvido com policiamento ostensivo nos colégios ou com ameaças de punição. Esta é uma ilusória solução governamental. A única solução está a caminho. Construir salas de aula como o governo vem fazendo, mas pagar justa e recompensadamente os mestres. Esta é a solução que se espera e que se faz necessária. Condições materiais com prédios, mas acima disso, a tranquilidade e a segurança profissional, a fim de que se recrutem os mais aptos e capazes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário da Receita Federal, consubstanciado em apelo no sentido de ser transferida para a jurisdição da Agência da Receita Federal de Foz de Iguaçu para a Delegacia da Receita Federal de Cascavel, a jurisdição do Município de Nova Aurora.

Tal apelo se faz, em razão das melhores condições de comunicação entre a sede do Município de Nova Aurora e o Município de Cascavel, o que virá em grande benefício a todos os contribuintes daquela localidade.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, consubstanciado em veemente apelo no sentido de ser instalado com urgência um Posto Telefônico na localidade de Vila São Benedito, Município de Jaguapitã.

Tal apelo se faz, visando dotar aquela localidade de um meio rápido de comunicação, o que trará enormes benefícios à sua crescente população, que muito tem contribuído para o progresso daquela região do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, consubstanciado em veemente apelo no sentido de ser instalado com urgência um Posto Telefônico na localidade de Mayrá, Município de Lupionópolis.

Tal apelo se faz, visando dotar aquela localidade de um meio rápido de comunicação, o que trará enormes benefícios à sua crescente população, que muito tem contribuído para o progresso daquela região do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Fuad Nacli

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 107/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — É concedida subvenção anual de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) à Associação dos Servidores das Assembléias Legislativas do Brasil - ASALB, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede em São Paulo, Capital.

Art. 2.º — O orçamento programa dos exercícios seguintes, consignará dotação pela qual correrá o pagamento da sub-

venção ora estabelecida.

Art. 3.º — No corrente exercício, a despesa decorrente desta Resolução correrá à conta da dotação própria do orçamento, suplementada se necessário.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(aa) Ivo Thomazoni

Quielse Crisóstomo

José Domingos Scarpelini

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores das Assembléias Legislativas do Brasil - ASALB, é sociedade civil, sem fins lucrativos, que, consoante o próprio nome indica, congrega servidores dos Legislativos estaduais de todo o País. A sociedade já tem um ano de existência, mas, para a consecução dos seus objetivos, necessita obter receita como até agora não conseguiu, eis que tem ficado na inteira e exclusiva dependência da contribuição individual dos seus associados. Isso, no entanto, mal tem bastado para cobrir as atuais despesas de manutenção, não possibilitando, como é evidente, a prestação de quaisquer serviços aos associados. O desenvolvimento das suas atividades se impõe, mas exige a obtenção de maior receita, o que certamente será conseguido mediante a transferência pretendida neste projeto.

De acordo com o que ficou assentado na Associação, 30% (trinta por cento) da receita a ser obtida se destinará a despesas com manutenção, 30% (trinta por cento) a gastos com a realização de Encontros Regionais, e 40% (quarenta por cento) a dispêndios com aquisição de terreno e edificação da sede social.

É de toda conveniência que os servidores dos Legislativos Estaduais tenham, mantenham e desenvolvam a sua associação, visando ao estudo das questões comuns, para engrandecimento, em última análise e por via de consequência, do próprio Poder Legislativo, que integram e a quem dedicam o melhor das suas atividades.

Parece-nos, portanto, que o projeto ora oferecido à consideração dos Senhores Deputados deve merecer a aprovação do Plenário.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 141/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato Rural de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato Rural de Laranjeiras do Sul, objeto do presente plano de lei, reúne todas as credenciais para ser declarado de utilidade pública. Poucas entidades que se propõem a esta finalidade, preenchem as condições específicas da lei que regula a declaração em pauta. Assim sendo, solicitamos dos nobres Deputados com assento nesta Casa, o apoio irrestrito a este projeto de lei.

PROJETO DE LEI N.º 142/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Creche e Jardim de Infância Servas Franciscanas do Bom Pastor", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Trajano Bastos

JUSTIFICATIVA:

A entidade que objetivamos seja declarada de utilidade pública, preenche as exigências da Lei 6094, de 12 de janeiro de 1978, pois presta serviços à coletividade, não visa lucros e nem distribui vantagens aos seus diretores. A documentação anexa comprova essa assertiva.

Daí o presente plano de lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI N.º 143/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a sociedade denominada VETERAN CAR CLUB DO BRASIL — Clube de Automóveis Antigos no Paraná — com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Egon Pudell

JUSTIFICATIVA:

A sociedade Veteran Car Club do Brasil - Clube de Automóveis Antigos — Paraná, sediada nesta Capital, como o próprio nome identifica, foi constituída com o propósito de admitir sócios que sejam ou venham a ser possuidores de veículos propulsores a motor, de fabricação de outras épocas, e que, protegidos em local adequado, na própria sociedade, venha evitar a sua dispersão, a desvalorização e, conseqüentemente o seu desaparecimento. Eles representam, efetivamente, o meio de comunicação e transporte que nos antecederam, refletindo um processo paralelo no progresso de nossa terra e o conforto de então, de nossa gente. Constatase, pela espécie, que a sociedade não tem finalidades lucrativas, e revela, antes, um caráter de museu, que, como todos os museus, tem também finalidade histórica. Em termos de conhecimentos gerais, serve como elemento de comparação entre o que a indústria automobilística estrangeira produzia naquela época e o que a indústria similar brasileira produz nos dias de hoje, traduzindo, assim, o extraordinário desenvolvimento da indústria automobilística nacional, que atualmente é uma das maiores do mundo.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 144/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede na cidade de Ubatã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., fundada em 25 de junho de 1970, tem como finalidade a assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante, conforme consta de seu estatuto em anexo.

É uma obra de largo aspecto social, que há oito anos vem prestando serviços inestimáveis à sociedade.

Consideramos uma medida justa, a aprovação do projeto em pauta.

PROJETO DE LEI N.º 145/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBIRATÃ, com sede na cidade de UBIRATÃ, município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1978.

(a) Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubitatã, tem como finalidade especial, cuidar do problema do excepcional deficiente mental, sem distinção de cor, raça, credo político ou religioso, objetivando o bem estar, proteção, ajustamento do excepcional.

É uma obra de amplo aspecto social.

A documentação inclusa, comprova a personalidade jurídica.

Consideramos uma medida justa, a aprovação do projeto em pauta.

PROJETO DE LEI N.º 146/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Senador da República, JOSÉ MAGALHÃES PINTO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que pretendemos seja prestada a Sua Excelência, Senador JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, concedendo-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná, além de muito honrar o povo de nossa terra, em ter tão ilustre personalidade como cidadão, virá demonstrar o reconhecimento pelos inestimáveis serviços que Sua Excelência vem prestando ao nosso País como cidadão exemplar e como político.

Se formos pesquisar as origens, o início da luta pela vida, a coragem, a presença de espírito e o arrojo deste grande baluarte do civismo pátrio, o ilustre Senador José de Magalhães Pinto, vamos encontrar os mais ricos subsídios com o que se poderia escrever a história de um autêntico patriota — um lutador insuperável — um defensor intransigente da paz, da justiça social e dos postulados democráticos — que, através os anos, desde os primórdios do seu ingresso na vida pública, refletem como espelho cristalino, o seu caráter, a sua vocação política, o seu imenso sentido de JUSTIÇA e de caridade cristã, a sua permanente preocupação pelo futuro do Brasil e de toda a humanidade, face às tremendas injustiças sociais que imperam nos quatro cantos do mundo, gerando motins, guerras e intranquilidades totais.

PROJETO DE LEI N.º 147/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" de Prado Ferreira, com sede e foro na cidade de Prado Ferreira, município de Mirassolva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços no campo da filantropia e da assistência social à comunidade de Prado Ferreira, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n.º 78/78, cujo teor anexamos ao presente.

A documentação que encaminhamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação em vigor em nosso Estado.

Com isso, apresentamos o presente Projeto de Lei, que esperamos receba o apoio e a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 148/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica determinado o traçado da estrada que liga o Município de Cascavel ao Município de Capitão Leônidas Marques, passe por dentro do perímetro urbano do Distrito de Santa Tereza.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A necessidade da aprovação deste projeto, prende-se ao interesse que tem o povo do Distrito de Santa Tereza, de ver concretizada a sua mais antiga aspiração, isto é, a ligação asfáltica entre o perímetro urbano da sede daquele distrito e o Município de Capitão Leônidas Marques, concretizando através disso, a ligação do Oeste com o Sudoeste Paranaense, por rodovia asfaltada.

O traçado antigo da estrada sempre existiu, partindo da Vila de Santa Tereza, no entanto, no momento em que houve-se por bem executar-se os serviços de pavimentação asfáltica, sobre o leito daquela estrada, eis que, em prejuízo do interesse de toda população daquele distrito, o traçado da estrada foi refeito com o intuito de deixar a Vila de Santa Tereza fora de onde será a futura rodovia pavimentada.

Tal procedimento somente encontra explicações nos comentários que são feitos de boca em boca, em Santa Tereza, em todo o Município de Cascavel e Oeste do Paraná, bem como nas denúncias feitas através da imprensa daquele Município, de que o novo traçado daquela estrada, se obedecido pelo DER, tem por objetivo, beneficiar tão somente o grupo político chefiado pelo atual prefeito e vice prefeito de Cascavel, em prejuízo de toda uma população.

É sobejamente conhecido o episódio ocorrido dias atrás em que a população de Santa Tereza em uma atitude desesperada, tentou inclusive impedir por seus próprios meios, a continuação dos trabalhos de pavimentação da estrada pelo traçado novo, sabedora de que somente desta maneira, poderia alcançar o seu objetivo de vez que, o prefeito de Cascavel no intuito de defender os seus interesses, bem como os interesses do seu vice-prefeito, não mede esforços nem consequências, muito menos quando esses esforços e consequências venham de encontro com as reivindicações populares.

É necessário, por conseguinte, por-se um paradeiro na desviada ambição daqueles políticos e buscar-se a defesa do interesse do povo de Cascavel. Este é sem dúvida, o objetivo deste projeto de lei, proteger a população do Município de Cascavel, contra as investidas malévolas do atual prefeito e vice-prefeito.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, que esperamos, possa merecer o apoio e a aprovação dos Nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito no Pe-

queno Expediente, ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já estive, Sr. Presidente, por diversas vezes, desta tribuna, em defesa do Magistério Público deste Estado.

Há poucos dias, quando se iniciava a greve dos professores, nós aqui estivemos lamentando, e fazendo a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, veemente apelo, no sentido de que os mestres fossem atendidos com a dignidade merecida.

É uma tristeza, Sr. Presidente, e repetimos: que num País tão carente de cultura, num País que depende da educação para se colocar no seu devido lugar, haja tantos descasos, tantas injustiças, tantas incompreensões, do Governador deste Estado, ao professorado paranaense.

A classe, Sr. Presidente, que em todos os países é vista em primeiro plano, porque desta classe do Magistério, depende o futuro desta e de qualquer outra Nação.

O Governo, esses dias esteve na televisão, falou e não disse, Governo que ao invés de dialogar, prefere injustificadamente, punir o professorado, sem se atentar, Sr. Presidente, para o sacrifício que o professor teve, freqüentando tantos anos, com dedicação, com carinho, os bancos escolares, para hoje estar apto na construção da mente dos nossos filhos, futuro deste País.

Não dá aumento, substitui o professor; não dialoga, pune.

É uma calamidade pública, Sr. Presidente. Imagine se isso acontece no Estado do Paraná, tão rico, como têm sido tratados os professores de outros Estados, tão pobres!

É hora, Sr. Presidente, do Governo do Estado, esquecer o carrancismo e deixar de ser ditador; é hora dele conversar com os mestres do nosso Estado e chegar a um ponto final, e respeitar com dignidade, com honestidade e com justiça, os professores.

Estive esses dias, Sr. Presidente, na cidade de Paranaguá, e ouvi de uma professora que, com tristeza, me dizia: Deputado, sou professora de quatro anos, pelo Município e há oito anos pelo Estado, e percebo vencimentos de dois mil e setecentos cruzeiros.

É a professora, Sr. Presidente, que não pode comprar livros para se aperfeiçoar.

Não se aperfeiçoando, não pode educar o meu, o nosso filho.

É a professora, Sr. Presidente, que não pode ir bem trajada para a escola. E o traje da professora, faz parte da educação, para o aluno.

É a professora, Sr. Presidente, que às vezes está na escola, numa sala de aula, a preocupar-se com sua despensa vazia, com o dono da mercearia que não lhe vende mais fiado, que ameaça.

É a professora, que está dando aula, sabendo que um filho está passando necessidade.

Isto não é possível continuar, Sr. Presidente. O soldado ganha a farda, ganha o cinturão, ganha o cacete, ganha o revólver e está ganhando mais que a professora que educa, que estudou.

Isto é um absurdo, Sr. Presidente. E não é só o MDB que está denunciando, não. Eu leio aqui, faço questão que fique transcrito nos Anais da Casa, as palavras de um Vereador de Umarama, Alaerte de Freitas, cuja manchete é a seguinte: (Está no "O Estado do Paraná" de hoje, 12 de setembro de 1978).

"O Vereador arenista pede melhor salário. O Vereador arenista, Alaerte de Freitas, um dos mais atuantes do Legislativo umuareense, solicita o envio de ofício ao Governador Jayme Canet Júnior, reivindicando a execução de estudos para

que se estenda à classe dos servidores públicos lotados no serviço de serventes, de prédios escolares, por contratos, os benefícios legais de receberem, com remuneração, pelo menos o salário mínimo.

Segundo Alaerte, os serventes não ganham mais que Cr\$ 1.500,00, e o Estado deve ser o primeiro na tábua hierárquica, a determinar a execução desta melhoria."

Sr. Presidente, é com tristeza que se lê isto. Quando o Governo, quando a lei existe, que as empresas privadas paguem, no mínimo, o salário mínimo, e quando não as paga, é acionada, o próprio Estado paga aos seus funcionários a irrisória importância de Cr\$ 1.150,00!.

Era só, Sr. Presidente, — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

O SR. RENATO BERNARDI — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Da mesma forma, consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço que regimentalmente lhe confere. Declina.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Deputado Francisco Escorsin, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.— **Apoiados.**— Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, Necessita de apoioamento. **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.— **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente.— **Será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 74/78, que objetiva atribuir aos cargos que especifica, vencimentos da simbologia D.A.S.—3, instituída pela Lei n.º 6996, de 12/04/78, e cria 3 (três) cargos de Assessor Técnico Símbolo D.A.S.—4. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/78, de autoria do Deputado ARYZONE MENDES DE ARAUJO, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Formosa D'Oeste, o Distrito Administrativo de Iracema. (Anexo ao Projeto de Lei n.º 134/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que versa sobre a mesma matéria). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/78, de autoria do

Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de União da Vitória, o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— EMENDA DA C.C.J.— Aprovado.

3.^a IDISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/78, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que declara de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS”, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA LONDRINA”, com sede e foro na cidade de Nova Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GOIOERÊ”, com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública o “LAR BETEL”, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/77, de autoria dos Senhores Deputados ACCIOLY NETO e ENÉAS FARIA, que determina ao Poder Executivo adquirir duas viaturas, ao destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 55/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O Poder Executivo adquirirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, duas viaturas de combate a incêndios, para o destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta do Orçamento Anual, através do código 2301.07401832.335 — órgão — Administração Geral do Estado — unidade — Encargos Gerais do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1977.

(aa) Accioly Neto e Enéas Faria.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei, visa trazer maior segurança à família Parnanguara, que tem sido constantemente abalada em virtude de incêndios ocorridos naquela localidade.

Leve-se em consideração que o destacamento do Corpo de Bombeiros de Paranaguá possui apenas duas viaturas, em precárias condições de funcionamento, para dar atendimento a uma população de quase cem mil habitantes, e abriga, ainda, um complexo terminal de armazenamento de combustíveis, que constitui grande motivo de apreensão da população.

Pelos fatos expostos, estamos certos que o presente projeto de lei merecerá a acolhida dos dignos pares com assento nesta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 55/77

P A R E C E R

I — RELATÓRIO.

O presente projeto de lei, tem por escopo a aquisição, para o destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá, de duas viaturas de combate a incêndios, às expensas do Orçamento Anual, código 2301.07401832.335 — órgão — Administração Geral do Estado; unidade — Encargos Gerais do Estado, para o atendimento das necessidades locais.

II — ANÁLISE

Quanto ao mérito do projeto, não há o que se discutir, sua finalidade é verdadeiramente de relevância social. Há que se considerar, porém, se é ou não constitucional, se há invasão de competência para iniciativa.

Estatui o art. 25, § 1.º, da Constituição Estadual:

“Art. 25

§ 1.º — É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que:

a) disponham sobre matéria financeira;

b) criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública”.

A exclusividade de competência do Governador abrange a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira. É óbvio que não é o caso, relativamente ao projeto de lei sob exame.

A letra b do artigo 25 estende os limites da exclusividade de iniciativa governamental para leis que tenham por objeto o aumento de vencimentos ou da despesa pública. Ora, o projeto de lei não aumenta vencimentos, nem a despesa pública.

Dispõe ainda o Diploma Maior do Estado, em seu artigo 35:

“Art. 35 — É da competência do Poder Executivo, a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.”

Todo projeto de lei que autorize, crie ou aumente a despesa pública, será da iniciativa exclusiva do Governador.

Ora, quanto ao projeto ora em análise, não se trata de autorização, criação ou aumento de despesa. Esta já está devidamente autorizada e fixada pela Lei de Meios. O projeto visa à execução da Lei do Orçamento, do cumprimento efetivo de seus programas e objetivos, consignados no texto legal.

Releva observar que na execução programática do Orçamento há normas em branco quanto à destinação dos respectivos numerários, que dão guarida às necessidades eventuais que surgem no decorrer do exercício financeiro, tal como a insuficiência em que se encontra o Corpo de Bombeiros de Paranaguá. O projeto imprime, pois, harmonia e hierarquia de prioridade para os objetivos aludidos. Não altera objetivos, nem lhes muda o sentido, mas declara, categórica e imperativamente, a ordem harmônica de necessidades prioritárias, cujo atendimento é indispensável. É, pois, lei meramente declaratória, e não constitutiva, das finalidades da Lei de Meios.

III — CONCLUSÃO

Por todo o exposto, impõem-se a conclusão de que não há invasão de competência, merecendo o Projeto, no seu todo, caminho livre pelos trâmites legais do processo legislativo.

É o Parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator.

OBSERVAÇÕES DO RELATOR:

Solicita-se que se corrija a autuação do Projeto, com a inclusão do nome do segundo autor na capa.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 55/77.

AUTORES:

Deputados ACCIOLY NETO e ENÉAS FARIA.

Visam os eminentes Deputados autores do projeto de lei ora focalizado, que o Poder Executivo aplique no prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta lei, recursos previstos no Orçamento Anual do Estado do Paraná, para a aquisição de duas viaturas de combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá.

O mérito é louvável; o Orçamento prevê dotação para atender às pretensões dos eminentes Deputados, que somente especificam a área de sua aplicação, razão que nos leva a emitir parecer FAVORÁVEL ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Del Ciel, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova redação, conforme especifica, ao parágrafo único do artigo 39, da Lei n.º 4766, de 13/11/63. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 107/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O parágrafo único, do artigo 39, da Lei n.º 4766, de 13 de novembro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único — Serão cobrados pelos medicamentos e material de prótese dentária, fornecidos pelo IPE, o preço de custo, acrescido de uma taxa destinada a cobrir despesas administrativas, na forma estabelecida em regulamento.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1977.

(a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Visa o plano de lei abolir o pagamento, por parte dos associados do Instituto de Previdência do Estado, das taxas incidentes sobre os exames complementares, em face dos poucos recursos da maioria que necessita daquele serviço.

Ao IPE pouco ou quase nada significa aquela arrecadação, em contraposição ao sacrifício que a grande maioria de seus associados fará para arcar com a aludida responsabilidade, proporcionando a isenção, desta forma, a um maior número um inestimável e imprescindível benefício, ao qual muitos não têm acesso, por falta de recursos financeiros, por menor que estes sejam.

Aliás, assim procedendo, estará o IPE, dando cumprimento às suas altas finalidades e ao dispositivo constitucional que determina deva o Estado proporcionar aos seus funcionários e suas famílias o bem estar e o aperfeiçoamento físico, bem como programa de assistência médico-dentário e hospitalar gratuito.

Assim, apresentamos à consideração de nossos nobres pares, o presente projeto de lei, esperando se lhe dê apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 107/77

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, tem por objetivo o presente projeto de lei, dar nova redação, conforme especifica, ao parágrafo único do artigo 39, da Lei n.º 4766, de 13/11/63.

A justificativa nos informa que a finalidade do presente plano de lei é suprimir o pagamento, por parte dos associados

do Instituto de Previdência do Estado, das taxas incidentes sobre os exames complementares.

Entendemos que a medida é justa e oportuna, tendo em vista que a grande maioria dos funcionários públicos não tem condições de arcar com aquelas despesas, pois é sabido que a sua remuneração, de modo geral, é modesta.

Não há impedimento algum de ordem constitucional ou legal que possa obstar a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei n.º 107/77

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, visa o presente projeto de lei dar nova redação ao parágrafo único do artigo 39, da Lei n.º 4766, de 13/11/63, na forma que especifica.

O que se preconiza aqui é suprimir o pagamento, por parte dos associados do Instituto de Previdência do Estado, das taxas incidentes sobre os exames complementares.

A douda Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável, por entender que a medida é justa e oportuna, de vez que a maior parte dos servidores públicos estão impossibilitados de arcar com aquelas despesas, dada a sua remuneração, de modo geral, modesta.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada temos a argumentar contra a matéria contida neste plano de lei, pois a reputamos louvável e justa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/77, de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que dispõe sobre a transferência de área territorial de um para outro Município, conforme estabelece e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 108/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — A Lei poderá transferir área de território de um para outro Município, desde que se comprove benefício para a respectiva área e o Município remanescente não perca os requisitos mínimos exigidos pela Lei Federal, e será sempre precedida de plebiscito.

§ 1.º — O processo de transferência de área, referido neste artigo, terá início com representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por 100 (cem) eleitores residentes e domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas e atestado de residência ou de domicílio, expedido pela Delegacia de Polícia local, e será acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou seguindo acidentes naturais.

§ 2.º — A forma de realização de plebiscito, para os fins deste artigo, será a mesma que a estabelecida para a criação de Município.

§ 3.º — A prova de que o Município remanescente não perde os requisitos mínimos, será feita pelos interessados ou requisitados pela Assembléia Legislativa, mediante os documentos exigidos pela Lei Federal para a criação de Municípios.

§ 4.º — A prova do benefício para a área, objeto

de transferência, será feita pelos interessados, na representação a que se refere o parágrafo 1.º, deste artigo.

Art. 2.º — A Assembléia Legislativa ouvirá as Câmaras Municipais e os Prefeitos dos Municípios, afetados pela transferência de área territorial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias findo o qual, o silêncio importará em consentimento.

Parágrafo único — A deliberação das Câmaras Municipais, na hipótese deste artigo, depende do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 3.º — Instruído o processo, a Assembléia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito.

Art. 4.º — Se o resultado do plebiscito for favorável à transferência, pelo voto da maioria absoluta dos eleitores, a Assembléia Legislativa disporá sobre as novas divisas dos Municípios afetados pela mesma, nos termos da representação.

Art. 5.º — Da proclamação do resultado do plebiscito, pela autoridade judiciária, cabe recurso dentro de cinco (05) dias para a Assembléia Legislativa, sob o fundamento de fraude ou coação, interposto por quinze (15) eleitores, no mínimo.

§ 1.º — A Assembléia decidirá sobre o recurso, no prazo máximo de quinze (15) dias úteis.

§ 2.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, ter-se-á o recurso como recusado, não correndo o prazo nos períodos de recesso da Assembléia Legislativa.

§ 3.º — Provido o recurso, será autorizada a realização de novo plebiscito.

Art. 6.º — As transferências de área territorial de que trata esta Lei, só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1978.

(a) Maurício Fruet.

JUSTIFICAÇÃO:

Em meio aos trabalhos de elaboração do Projeto de lei orgânica dos municípios, que viria converter-se na Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, o Assistente Técnico REGINALDO FANCKIN, encaminhou um estudo sob o título "Contribuição ao Estudo do Projeto de Lei Orgânica dos Municípios", datado de 21 de setembro de 1972, contendo sugestões de natureza técnico-jurídicas tendentes a aperfeiçoar o mencionado diploma, dentre as quais se destaca uma proposta de disciplina legal para a transferência de área territorial de um para outro município.

Os fundamentos invocados foram os seguintes:

"O maior defeito do dispositivo (Art. 4.º, parágrafo único), é ocultar, num texto nebuloso, um problema cuja solução tem exigido deste Poder Legislativo prodígios de construção interpretativa de leis e esparsas, justamente em decorrência de uma "vocatio legis" específica.

"Refiro-me à questão da transferência de área de um para outro município.

"A rigor, a única possibilidade legal de operar tais transferências, resulta da interpretação, aliás não muito clara, do Art. 6.º, da Lei Complementar n.º 1, de 09 de novembro de 1967, quando se refere a "alterações territoriais", para delimitá-las ao quadriênio pré-eleitoral. De sorte, que, ao lado da criação do município, a Lei Federal contempla as alterações territoriais, entre as quais podem ser incluídas as transferências de território.

"Porém, não há, na citada Lei, qualquer indicação acerca do procedimento. Até esta data, tem-se adotado a sistemática da Lei Orgânica n.º 64, que disciplinava uma permissão constitucional estadual, hoje derogada. Para resguardar o referido processo, associava-se-lhe a providência cautelar da Lei Complementar n.º 1, no sentido de assegurar ao município rema-

nascente as condições mínimas de sobrevivência.

"Tal o estado da questão.

"Ora, este é o momento oportuno para a definição clara e definitiva do crucial problema das transferências de áreas, bem como do seu procedimento.

"Própria, assim, a inclusão dos seguintes dispositivos: (do trabalho citado).

A referida contribuição não foi acolhida, no entanto, apesar do despacho do Presidente do grupo de trabalho remetendo-a ao respectivo relator, no dia 25 de setembro de 1972.

Em consequência, a imperiosa necessidade de ajustar dívidas intermunicipais distorcidas ficou sem meio legal de ser atendida, em face do silêncio da nova Lei Orgânica dos Municípios.

Um ano depois, tendo respondido centenas de consultas sobre a matéria, de deputados, vereadores e prefeitos, sempre no sentido de que, na espécie estava caracterizada uma "vocatio legis", ofereceu ao ilustre Deputado Gilberto Carvalho, que aceitou, o texto daquela sugestão, agora em forma de projeto, cuja reapresentação ora procedemos.

Na justificação da proposição se enfatizava a importância da regulamentação nestes termos:

"O presente projeto visa suprir uma lacuna da Lei Orgânica em vigor. A matéria é daquelas sobre as quais a Assembléia é mais freqüentemente chamada a opinar, tendo em vista que a atual divisão administrativa do Estado está eivada de erros. Os conflitos e imprecisões existentes nas divisas, somados à falta de critérios geo-econômicos e históricos na delimitação de inúmeros municípios, ensejam a necessidade de transferir áreas de um para outro município.

"A esfera de competência para a iniciativa em foco é própria do Estado. Efetivamente, a Lei Federal Complementar n.º 1, esgotou a competência para a criação de municípios, porém as "suas alterações territoriais" (Art. 6.º), por força do relacionamento constitucional existente entre as unidades federadas e a União, consubstanciado no § 1.º, do Art. 13, da Carga Magna, podem ser assumidos tranqüilamente pelo Estado.

"Eis a finalidade e o fundamento jurídico da iniciativa."

A matéria seguiu o trâmite regimental e obteve a aprovação do plenário. Remetido à sanção, o projeto foi vetado com base em argumentos destituídos da menor consistência. Vejam-los:

"O não acolhimento do Plano de Lei em exame decorre de informações expendidas pelo órgão competente da administração, segundo as quais a matéria, pela forma como vem lançada, não consulta aos superiores interesses públicos, eis que, inclusive, não guarda a necessária sintonia com a Legislação Federal pertinente ao assunto, ou seja, a Lei Complementar, n.º 1, de 09 de novembro de 1967 e o Ato Complementar n.º 46, de 07 de fevereiro de 1969". (do Of. n.º 307/74, de 03 de dezembro de 1974).

Duas, portanto, foram as causas da rejeição do projeto pelo Governador: não consultar aos superiores interesses públicos e não guardar a necessária sintonia com a legislação federal.

Com relação à primeira, diga-se apenas que, ao contrário; há um clamor unânime dos municípios, no sentido de corrigir distorções nas suas fronteiras, das quais decorrem atualmente variada gama de problemas de ordem administrativa; quanto à segunda, basta reafirmar que a Lei Complementar n.º 1, de 1969, simplesmente não versou a matéria de forma direta o que, segundo os princípios mais elementares de interpretação constitucional, significa ter facultado ao legislador estadual a decisão de estabelecer as normas pertinentes e, por outro lado, lembrar que o Ato Complementar n.º 46, de 1969, não proíbe absolutamente a alteração do quadro territorial, mas a condiciona a autorização do Presidente da República.

Portanto, a motivação do veto é de uma lamentável fragilidade.

Não obstante, o projeto foi rejeitado e conseqüentemente a negativa da sanção, ratificada, pondo fim ao ciclo do procedimento de tal matéria de alta relevância para os municípios e para o Estado.

Essa importância explica o porquê da representação, nesta oportunidade, do projeto em foco.

Seu texto, com efeito, não oferece qualquer dificuldade para o pronto atendimento, de sorte que nos dispensamos de fazer qualquer elucidação orientadora.

Julgamos, todavia, oportuno sublinhar que a sistemática adotada para a transferência de áreas intermunicipais segue a experiência de muitos anos, calcada na aplicação da Lei n.º 64, de 1948, (antiga Lei Orgânica dos Municípios), nos requisitos e formalidades inscritos na Lei Complementar Federal n.º 1, de 1969, que dispõe sobre a criação de municípios e, por fim, da própria natureza do processo, o que, evidentemente, não dispensa a judiciosa contribuição por ventura entendidas pelos ilustres pares, como necessárias ao aperfeiçoamento de um diploma de tão amplos efeitos políticos e administrativos como este.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 108/77

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 108/77, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, tem por finalidade dispor sobre a transferência de área territorial de um para outro município, conforme estabelece, e dá outras providências.

Segundo a justificativa apresentada pelo seu autor, a matéria de que trata a presente Proposição, versa sobre as quais, constantemente é chamada a opinar este Poder Legislativo.

Efetivamente, a Lei Orgânica dos Municípios — Lei Complementar n.º 2, é omissa sobre o assunto de tão grande relevância num Estado, cuja divisão administrativa é cheia de distorções e equívocos. Uma legislação normativa que possa dar soluções a este problema, por certo será das mais proveitosas para o Paraná.

Com relação ao aspecto legal e constitucional, ao qual é chamada a opinar esta Comissão, temos, como bem salienta a justificativa apresentada pelo ilustre Deputado proponente, nada há que impeça a sua aprovação por esta Assembléia.

Nestas condições, o nosso parecer é no sentido de que o Projeto está em condições de ter a sua tramitação normal por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Projeto de Lei n.º 108/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, o presente Projeto de Lei, tem por finalidade estabelecer normas, visando a transferência de áreas territoriais de um para outro município, e dá outras providências.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, opinou favoravelmente à matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando o mérito da proposição, sobre o qual é chamada a opinar a presente Comissão, temos que de acordo com a justificativa apresentada, a sua importância em nosso Estado é a das mais proveitosas e visa introduzir na legislação estadual norma legal inexistente que regulamente o controvertido problema de que trata a matéria, o qual seja a transferência de área de território de um para outro Município.

Com isso, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1978.

(aa) Egon Pudell, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria no Município de Jardim Alegre, o Distrito Administrativo de Lindianópolis, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 167/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Jardim Alegre, o Distrito Administrativo de LINDIANÓPOLIS, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

“Começa na Barra do, Ribeirão da Barra Preta, no Rio Ivaí, descendo por este Rio Ivaí até a Barra do Ribeirão do Guaretá, seguindo por este acima, até a Barra do Córrego “Toucinho Assado”, segue por este Córrego, até sua cabeceira, daí por uma linha seca até a cabeceira do córrego Capelinha, segue por este abaixo até sua foz no Ribeirão da Barra Preta, seguindo por este abaixo até sua foz, no Rio Ivaí, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Jardim Alegre, localizado na região do Vale do Ivaí, é um dos Municípios que vem se destacando através do expressivo desenvolvimento no setor agrícola, econômico e social de nosso Estado.

Face a esse desenvolvimento, a sua estrutura administrativa está a exigir também certas modificações, a fim de que possa o Município atender com melhores condições as crescentes necessidades que tal progresso vem ocasionando.

Neste sentido, o Poder Legislativo Municipal de Jardim Alegre, aprovou a Lei Municipal n.º 23/77, de 08/09/77, que anexamos ao presente, autorizando o Executivo Municipal a representar junto a esta Assembléia Legislativa para a criação através de Lei Estadual, do Distrito de Lindianópolis, que ora estamos propondo a esta Casa.

Outra razão para a apresentação do presente plano de Lei, vem a ser a de sanar a distorção que a Lei n.º 5087 de 19/04/65, ocasionou, transferindo a sede do Distrito Judiciário de Ubá do Sul, para o Patrimônio de Lindianópolis.

Com a criação do Distrito de Lindianópolis, cujas divisas irão abranger o atual Distrito Administrativo de Ubá do Sul, estará solucionado definitivamente o problema que vem ocorrendo naquela localidade, que vem a ser o de estar a sede Administrativa situada em lugar diverso da sede Judiciária.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 167/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente Projeto de Lei n.º 167/77, tem por finalidade criar, no Município de Jardim Alegre, o Distrito Administrativo de Lindianópolis, com divisas que especifica.

Analisando-se o processo, verificamos que inserido ao mesmo, se encontra a seguinte documentação:

1 — inteiro teor da Lei Municipal n.º 23/77, através da

qual o Legislativo Municipal de Jardim Alegre, autoriza o Sr. Prefeito Municipal a representar junto a esta Assembléia Legislativa, a criação do Distrito Administrativo de Lindianópolis;

2 — Certidão do I.B.G.E., comprovando a existência de número de residências e dos habitantes na área do Distrito a ser criado; e

3 — Mapa descritivo dos limites do futuro Distrito.

Diante da documentação apresentada pelo autor do Projeto, temos que o mesmo se encontra dentro das normas previstas pelo Art. 9.º da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 — **LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS.**

Nestas condições, de acordo com o estabelecido no Ato Complementar n.º 46 de 07/02/69, Art. 1.º, parágrafo único, o processo está em condições de ser encaminhado ao Ministério da Justiça, a fim de ser ouvida a Presidência da República, sobre a alteração prevista.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei n.º 167/77

Art. 1.º — O Distrito Administrativo de Ubá do Sul, no Município de Jardim Alegre, passa a denominar-se Distrito Administrativo de LINDIANÓPOLIS com sede na localidade do mesmo nome e mantendo suas atuais divisas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1978.

(a) GILBERTO CARVALHO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Emenda Substitutiva

ao Projeto de Lei n.º 167/77

A Emenda Substitutiva visa alterar o Projeto de Lei n.º 167/77, dando nova denominação ao Distrito Administrativo localizado no Município de Jardim Alegre.

A documentação que acompanha a Emenda Substitutiva, comprova o cumprimento dos requisitos previstos pela Lei Orgânica dos Municípios - Lei Complementar n.º 2.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei n.º 167/77, na forma da Emenda Substitutiva apresentada pelo seu autor, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/78, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Pirai do Sul, imóvel que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 54/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Pirai do Sul, o imóvel situado naquele município, medindo 80,00 mts de frente para a Rua Julieta Veiga Queiroz, 147,00 mts de fundos com a Rua Joaquim Guerreiro, 130,05 mts. lado direito, onde divide com propriedade de Odilon Laureano Leme e sua mulher, e do lado esquerdo mede 16,00 mts para a Avenida Dr. Getúlio Vargas, perfazendo uma área total de 10.000 mts², contendo arvoredos e parte gramado, sem benfeitorias, transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul, em 01.09.1960, sob o n.º 3349, fls. 270, do Livro 3-E.

Art. 2.º — O imóvel em referência será destinado à construção de um Estádio Municipal.

Art. 3.º — O donatário não poderá alterar a destinação do

imóvel.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Representa sólido alicerce na formação de sua gente.

Nada mais justo que os governos deem uma atenção especial a esta sadia atividade, especialmente ao setor amadorista.

O único local apropriado para a prática do esporte, em geral, é um Estádio, pela possibilidade de desenvolvimento de um número ilimitado de atividades.

A ele converge a atenção do povo para a prática e assistência das atividades esportivas e, em datas cívicas, promove a concentração de grande massa popular para homenagear pessoas ilustres e acontecimentos históricos.

Os estudantes, de todos os níveis, encontrarão naquele local necessários momentos de lazer.

Assim, a doação ora proposta é deveras importante para a população de Pirai do Sul, razão porque esperamos ver a matéria aprovada com o consenso de todos os nossos ilustres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 54/78

De autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, o presente Projeto de Lei n.º 54/78, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Pirai do Sul, o imóvel que especifica.

Segundo o autor da Proposição, o referido imóvel será destinado à construção de um estádio municipal.

Analisando-se o aspecto constitucional da matéria, temos que não existem barreiras ou ápices legais que possam impedir a sua tramitação normal por esta Casa, e levando-se em conta a finalidade de doação, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 54/78

O presente Projeto de Lei 54/78, de autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Pirai do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica.

Sobre a matéria, analisando o seu aspecto legal e constitucional, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando-se o mérito da proposição, a qual é chamada a opinar esta Comissão, temos que, de acordo com a justificativa apresentada pelo seu autor, é das mais justas a sua finalidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1978.

(aa) Egon Pudell, Presidente; Werner Wanderer, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/78, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo instalar um posto de Microondas em cada um dos Distritos de Santa Elisa e Pindorama, no Município de Xamburé. Pareceres Contrários da C.C.J., C.O.P.T.C., e C.F., que também propõe a “devolução do presente processo”. — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N.º 69/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instalar um (01) posto de Microondas, nos Distritos de SANTA ELISA

Curitiba, terça-feira, em 12/09/78

e PINDORAMA, Município de XAMBRE.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Com a criação do posto de micro-ondas, o que se pretende é proporcionar melhor e efetivo atendimento na área de comunicações nos Distritos de Santa Elisa e Pindorama, Município de Xambre, situado numa das mais ricas e prósperas regiões do Estado, e que se encontra em dificuldade de entrosamento e atendimento à área populacional.

Contamos com o merecido apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 69/78

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instalar um posto de microondas, nos Distritos que especifica, no Município de Xambre.

Embora as intenções de seu autor sejam as das mais válidas, conforme a justificativa que apresenta, quer nos parecer que tal providência independe das formalidades e desustentação de lei, isto porque a instalação de um Posto de Microondas requer simplesmente a determinação da Administração da Companhia que explora tal serviço de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições o nosso parecer é Contrário, ao presente projeto de lei, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua Rejeição, nos reservando porém, caso seu autor o queira transformá-lo em requerimento de sugestão ou apelo, a votar favoravelmente à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Waldenício Barbalho, Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei nº 69/78

A pretensão do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, é de veras das mais meritórias, pois visa atender os Distritos de Santa Elisa e Pindorama, do Município de Xambre, com um Posto de Microondas

Entretanto, conforme acentuou o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, tal proposição independe de uma lei, bastando simplesmente a determinação do setor competente para que a instalação pretendida seja efetuada.

Nestas condições, não há o que opinar com relação ao presente projeto de lei, acompanhando os pareceres já emitidos, manifestamo-nos pela sua Rejeição.

Sala das Comissões, em

(aa) Fuad Nacli, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 69/78

Face ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça e, na realidade não se me afigurando matéria passível de transformação em Lei Estadual, proponho a devolução do presente processo.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 73/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 23/78, que objetiva transferir à TELEPAR, lotes de terrenos de propriedade do Estado, situados no Município da Lapa. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 73/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, os lotes números 31 e 32, de propriedade do Estado, com a área de 600 m², cada um, situados no loteamento denominado Planta Vila Gruta do Monge, no Município da Lapa, transcritos sob o número 30.673, às fls. 193 do Livro 3-AF, de Transcrição das Transmissões, do Registro de Imóveis do referido município, com as seguintes características e confrontações: lote número 31: na frente, lado nascente, onde mede 15m, com a Avenida que vai ao Monge; ao Sul, com o lote número 32, onde mede 40 m; lado poente, com o lote número 46, onde mede 15 m; lado Norte, com rua do loteamento, onde mede 40 m; lote número 32; na frente, lado nascente, onde mede 15m com a avenida que vai ao Monge; ao Sul, com o lote número 33, onde mede 40 m; lado poente, com o lote número 47, onde mede 15 m; lado Norte, com o lote número 31, onde mede 40 m.

Art. 2º — A transferência de que trata o artigo anterior é procedida a título de integralização por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de capital da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1978.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei 73/78

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei nº 73/78, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, os lotes de terreno que especifica, de propriedade do Estado, situados no Município da Lapa.

Justificando a medida ora pleiteada, fundamenta a Mensagem que a pretendida transferência será procedida a título de participação por parte do Estado, em futuro aumento do capital daquela Companhia, sendo a transferência revestida das formalidades legais pertinentes, inclusive de anterior avaliação.

Sob o aspecto constitucional do Projeto ora em análise, objeto da apreciação por esta Comissão, temos que não existe impedimento algum quer legal quer constitucional, que possa impedir a sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 73/78

O presente Projeto de Lei 73/78, originário de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a transferir à TELEPAR, lotes de terrenos de propriedade do Estado, situados no Município da Lapa.

Analisando o aspecto legal e constitucional, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito e ao seu aspecto financeiro, chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que tal medida vem de encontro aos interesses do Estado e em prol do desenvolvimento no setor das telecomunicações do Município da Lapa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Aguinaldo P. Lima, Relator

**COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**
Parecer ao Projeto de Lei n.º 73/78

Objetiva o presente Projeto de Lei n.º 73/78, autorizar o Poder Executivo a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, lotes de terrenos com características que especifica, de propriedade do Estado, situados no Município da Lapa.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quanto ao mérito da medida proposta, a que é chamada a opinar esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, temos que, de acordo com a exposição de motivos referida na Mensagem Governamental n.º 23/78, a doação objetiva transferir à TELEPAR o domínio de imóveis que já vem sendo utilizados por aquela empresa pública na instalação da rede de micro-ondas, e também que a pretendida transferência será procedida a títulos de participação por parte do Estado em futuros aumentos de capital daquela Companhia de Telecomunicações do Paraná.

Quer nos parecer que, devidamente justificada a proposição, atende perfeitamente aos interesses do Estado e da coletividade que melhor será servida, com os benefícios das telecomunicações.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1978.

(aa) Egon Pudell, Presidente; Werner Wanderer, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/78, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, da cidade de Toledo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 93/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS”, da cidade de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente, a entidade acima que se pretende seja declarada de utilidade pública, presta relevantes serviços à sua comunidade, no campo da assistência em geral aos excepcionais.

Pela documentação anexa, verifica-se que a mesma preenche todos os requisitos legais exigidos para aquele fim, razão por que apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 93/78

O presente Projeto de Lei 93/78, de autoria do nobre Deputado Egon Pudell, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais” da cidade de Toledo.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada e da documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora da matéria em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Cortes, Relator
1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/78, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Anna Nery”, com sede e foro na cidade de Alto Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 94/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA ANA NERY”, com sede e foro na cidade de Alto Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1978.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Alto Paraná.

De acordo com a documentação que anexamos ao presente, estão preenchidos os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora da matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 94/78

O presente Projeto de Lei n.º 94/78, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Ana Nery”, da cidade de Alto Paraná.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada e da documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora da matéria em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/78, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o “Serviço Paroquial de Promoção Humana”, com sede e foro na cidade de Lindianópolis, Município de Jardim Alegre. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 97/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o “SERVIÇO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO HUMANA”, com sede e foro no Distrito de Lindianópolis, Município de Jardim Alegre.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1978.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social junto à comunidade de Lindianópolis.

A cópia dos Estatutos Sociais, devidamente registrado junto ao Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Ivaiporã comprovam a sua personalidade jurídica, razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei, visando o reconhecimento público estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 97/78

Verifico preenchidos os requisitos exigidos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria, sendo, por via de consequência, pela aprovação do Projeto.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 98/78, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a “Associação Casa de Emaús”, com sede na cidade de Cornélio Procópio-PR. Parecer Favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 98/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO CASA DE EMAÚS”, com sede à Rua Alagoas, 523, na cidade de Cornélio Procópio - Pr.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 98/78

A ASSOCIAÇÃO CASA DE EMAÚS, com sede à Rua Alagoas, 523, na cidade de Cornélio Procópio, Pr, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo a manutenção de um semi-internato naquela cidade, cujas atividades são a de dar assistência às crianças pobres, dando condições às mães que trabalham fora do lar, a sua manutenção, incluindo-se alimentação, ensino moral e espiritual, educar e executar planos que redundem no bem material e espiritual das famílias pobres cujos filhos estejam sob cuidados da Casa de Emaús.

Encontrando-se em pleno funcionamento e atendendo às determinações previstas em lei, justifica o presente pedido para que a mesma venha a ser declarada de UTILIDADE PÚBLICA.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral

ao Projeto de Lei nº 98/78

De autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o presente Projeto de Lei nº 98/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Associação Casa de Emaús”, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio.

Analisando-se o processo através da justificativa apresentada e da documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do substitutivo geral que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de setembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 98/78

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO CASA DE EMAÚS”, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Hermínia Coelho, ocorrido na cidade de Centenário do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Perin, ocorrido na cidade de Coronel Vivida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Wolski, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tostoi Mantovani, ocorrido no Município de Faxinal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Onizio Manoel Varella. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dario Guerreiro Carneiro, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Gawlak. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Abrão, Vereador de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Etelvino Kleinibing, ocorrido no Distrito de Vila Candeia, Município de Palotina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 90/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 56/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 41/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, encarecendo a criação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Cambira. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) De acordo com o Regimento Interno, art. 150, adia-se para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine a construção de prédio para Delegacia de Polícia, em Tamarana, em atendimento a insistentes apelos da população. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo sejam efetuados estudos a fim de solucionar o problema de vencimentos dos Oficiais de Justiça do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que sejam concedidos os benefícios e reivindicações à classe do magistério paranaense. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, de acordo com o Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, consubstanciado em apelo, no sentido de ser instalado um Posto Telefônico na localidade de Vila São Benedito, Município de Jaguapitã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Receita Federal, em forma de apelo, no sentido de ser transferida para a jurisdição da Agência da Receita Federal, de Formosa do Oeste, para a Delegacia da Receita Federal de Cascavel, a jurisdição do Município de Nova Aurora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo, no sentido de ser instalado um Posto Telefônico na localidade de Mayrá, Município de Lupionópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente da sessão do dia 30 de junho, solicitando voto de solidariedade ao Senador Franco Montoro, pela emenda constitucional apresentada com vistas a restabelecer,

de imediato, as eleições diretas para Governador de Estado e para Senador. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

8 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 175/77, 65 e 92/78.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55, 107, 108, 167/77, 54, 69, 73, 93, 94, 97, 98 e 120/78.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 26 e 91/78.

marcando ainda uma sessão para quinta-feira, dia 14, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 30 e 55/78, e de Resolução n.ºs 36, 45, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90, 97, 98 e 105/78.

Levanta-se a Sessão.